



CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

PROJETO DE LEI 54/2025

Dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal no âmbito do Município de Corumbá aos contribuintes que destinarem parte do seu Imposto de Renda aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos da Pessoa Idosa.

Art. 1º Esta Lei institui incentivo fiscal no âmbito do Município de Corumbá aos contribuintes que realizarem doações aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos Direitos da Pessoa Idosa, mediante destinação de percentual do Imposto de Renda devido.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto no valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) correspondente ao exercício subsequente à doação, nos seguintes percentuais:

I – 10% (dez por cento) de desconto no IPTU para o contribuinte que destinar, no ano-base, valor igual ou superior a 1% (um por cento) do seu IR devido aos Fundos referidos no Art. 1º;

II – 15% (quinze por cento) de desconto no IPTU para o contribuinte que destinar, no ano-base, valor igual ou superior a 2% (dois por cento) do seu IR devido;

III – 20% (vinte por cento) de desconto no IPTU para o contribuinte que destinar o valor máximo permitido pela legislação federal (atualmente 6% para pessoas físicas e 1% para pessoas jurídicas).

Art. 3º Para fins de comprovação da destinação dos valores, o contribuinte deverá apresentar:

I – Comprovante de pagamento da destinação emitido pelo Fundo Municipal correspondente;

II – Cópia da declaração do Imposto de Renda entregue à Receita Federal, com a destinação informada;

III – Requerimento protocolado junto à Secretaria Municipal de Finanças até o dia 30 de setembro do exercício anterior à cobrança do IPTU.

Art. 4º O benefício previsto nesta Lei será concedido apenas a contribuintes adimplentes com o Município e será limitado a um imóvel por CPF ou CNPJ.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.





CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei, de minha autoria, tem como objetivo estimular a participação ativa da sociedade civil nas políticas públicas de atendimento à infância, juventude e à pessoa idosa em Corumbá, por meio da destinação incentivada de parte do Imposto de Renda devido aos respectivos Fundos Municipais.

A proposta fundamenta-se:

- **Na Constituição Federal:** Art. 204, II (participação popular nas políticas sociais); Art. 227 (proteção integral à criança e ao adolescente); e Art. 230 (valorização e proteção da pessoa idosa);
- **No Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) e no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003);**
- **Na Lei Federal nº 12.213/2010,** que regula o Fundo Nacional do Idoso;
- **No Código Tributário Nacional,** que autoriza a concessão de benefícios fiscais em tributos de competência municipal.

Apesar da permissão federal para que os contribuintes destinem parte de seu IR a esses fundos, a adesão é baixa por desconhecimento ou falta de incentivo. Esta Lei visa justamente criar um mecanismo atrativo e eficaz, ao oferecer desconto direto no IPTU – tributo sob competência do Município.

O impacto financeiro ao erário será pequeno, compensado pelo ganho social relevante, sobretudo pela ampliação dos recursos destinados à proteção de públicos vulneráveis.

CORUMBA/MS, 27 de Maio de 2025

Edinaldo Neves
Vereador(a)

